

A PROBLEMÁTICA DO DESCOBRIMENTO E DO POVOAMENTO DAS ILHAS DE CABO VERDE

1. Conceitos

1.1. Descobrimento

Antes de mais, o que significava “descobrimento” para os homens quatrocentistas? E qual é o seu significado moderno?

O termo “descobrimento” nem sempre teve o sentido que nos ensinaram na disciplina da História, isto é, como uma empresa nacional abrangendo ao mesmo tempo os aspectos geográficos, económicos, políticos, religiosos e épicos, como aprendemos na História de Portugal.

Com efeito, nos primeiros diplomas régios da época dos descobrimentos, como por exemplo a carta de privilégio concedida ao Infante D. Henrique por D. Pedro, em nome do seu sobrinho D. Afonso V,¹ com a data de 22 de Outubro de 1443, não se utiliza o termo “descobrimento” mas sim expressões como estas: “[...] a mandar seus naujos a saber parte da terra que era alem do cabo de bojador por que atee Entã ñ auja njngem na cristandade que dello *soubese parte*² nem sabiam se avia la poboraçã [...]”.³ Na própria crónica de Gomes Eanes de Zurara, documento coeva da época dos descobrimentos, não encontramos o termo “descobrimento”. Pelo contrário, a expressão “saber parte” e “buscar terra” são utilizadas do princípio ao fim da referida crónica, como corolário da “vontade de saber a terra que ia além das ilhas de Canária e de um cabo que se chama do Bojador”, que sempre animara o Infante D. Henrique, pois, o príncipe andava determinado a “haver de tudo manifesta certidão, movendo-se a isso por serviço de Deus e de el-rei D. Duarte, seu senhor e irmão, que àquele tempo reinava”.⁴

Conclui-se portanto que, até aos finais do século XV, por não ser da cultura social da época, não havia, nem no espírito do Infante D. Henrique nem no dos seus colaboradores, oficiais ou particulares, navegantes ou mercadores, a ideia que se tem hoje do termo “descobrir”, isto é, no sentido geográfico, económico, político, religioso ou épico mas sim de conhecer terras, gentes e mercadorias por eles até então desconhecidos mas que sabiam ou supunham existir algures: “o que se procura descobrir ou descobre são ‘mercadorias, ouro e outras muitas coisas’”.⁵ O próprio Infante D. Henrique, quando emprega o termo “descobrem” na sua carta atrás referida, é no sentido económico do termo: “[...] mandando muitos navios e caravelas com meus criados e

¹ Tendo em conta a menoridade do rei D. Afonso V, D. Pedro é regente do reino de 1439 a 1446.

² O itálico é nosso.

³ “Privilégio (Carta de) ao Infante D. Henrique, em virtude do qual ninguém poderia passar além do cabo de Bojador sem seu mandado ou licença, [...]”, nº 339, de 22 de Outubro de 1443, transcrita por MARQUES, João Martins da Silva (Documentos para a sua História publicados e prefaciados por) – “Descobrimientos Portugueses”. Vol. I (1147-1460). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, p. 435.

⁴ ZURARA, Gomes Eanes de – “Crónica dos Feitos da Guiné”. Dir. Luís de Albuquerque. Transcrição em português actual Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, cap. VII, p. 24.

⁵ CORTESÃO, Jaime – “Os Descobrimientos Portugueses”. Vol. II. Lisboa: Arcádia, [s.d.], p. 12.

servidores, os quais, por graça de Deus, passando o dito Cabo Não avante [...] alguns recebendo morte e outros postos em grande perigos, prove a Nosso Senhor me dar certa 'informação e sabedoria daquelas partes' [...] além das mercadorias, ouro e outras muitas causas que de lá vêm e se 'cada dia descobrem' [...].⁶

Uma segunda questão a ser conferida é a de tentarmos saber quais as razões que terão motivado os portugueses a se lançarem ao mar, a fim de “saber parte da terra que era além do cabo de Bojador”?

Referir as razões que conduziram os portugueses à descoberta das ilhas de Cabo Verde é importante para uma melhor compreensão da génese da descoberta da ilha da Boavista.

Vários são os historiadores que se têm debruçado sobre as razões que estimularam os portugueses a se lançarem na “empresa dos descobrimentos”. René Rémond, por exemplo, preferiu falar de factores, agrupando-os em factores desinteressados, ou seja, intelectuais ou morais e religiosos, e factores interesseiros, ou seja, comerciais e políticos.⁷ O único documento coevo, entretanto, que menciona as razões dos descobrimentos é a “Crónica dos feitos da Guiné”,⁸ de Gomes Eanes de Zurara, que resumimos do seguinte modo: 1ª) desejo de “saber a terra” a sul das ilhas de Canária e do Cabo Branco; 2ª) procura da existência de povos cristãos e de portos seguros de onde podiam trazer e levar mercadorias através de um comércio frutuoso para ambas as partes; 3ª) necessidade de conhecimento do real poderio dos mouros das terras de África, que ouvia dizer “muito maior do que comumente pensava”; 4ª) procura de algum príncipe cristão que, em caridade e amor de Cristo, pudesse ajudar contra os inimigos da fé cristã; 5ª) desejo de dilatar a “santa fé de Nosso Senhor Jesus Cristo e trazer a ela todas as almas que se quisessem salvar [...]”. Foi com essas motivações que o Infante D. Henrique desencadeou, a partir do ano de 1434, ano em que Gil Eanes ultrapassou o Cabo Bojador, aquilo que veio a ser generalizadamente denominado “a empresa dos descobrimentos”, que um dia levaria os navegadores portugueses às ilhas de Cabo Verde.

1.2. Povoamento

De acordo com a tese oficial portuguesa, quando as ilhas do Arquipélago de Cabo Verde foram descobertas, encontravam-se desabitadas. Para as habitar, a Coroa portuguesa, por um lado incentivou, com homens nobres, e forçou com degredados a ocupação das ilhas por elementos humanos europeus; por outro lado, fez transplantar, sob a força da escravatura, elementos humanos africanos para as mesmas ilhas, onde houve a dominação daqueles sobre estes, a fim de melhor dominar, explorar e administrar o novo espaço geográfico. Nesta relação entre os elementos europeus e os africanos no novo espaço geográfico, ao qual todos eram portanto estranhos, estes eram

⁶ Citado por CORTESÃO, ... – “Os Descobrimentos Portugueses”... p. 11.

⁷ RÉMOND, René – “Introdução à história do nosso tempo”. Trad. Teresa Loureiro. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 2003, p. 23.

⁸ ZURARA, Gomes Eanes de – “Crónica dos Feitos da Guiné”. Dir. Luís de Albuquerque. Transcrição em português actual Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, cap. VII, p. 24-25.

obrigados, na condição de escravos, a trabalhar para enriquecer aqueles, na qualidade de colonos. O que entendemos então por povoamento?

Assim, por povoamento do Arquipélago de Cabo Verde referimo-nos à fixação, a partir dos meados do século XV, de elementos humanos europeus, na sua maioria portugueses, como colonos, e de elementos humanos africanos, como escravos, nos espaços geográficos do referido arquipélago, com a finalidade de, ao mesmo tempo, assegurar a posse política das novas terras descobertas e as explorar economicamente. Por isso, o povoamento das ilhas de Cabo Verde, implementado pela Coroa portuguesa, se converteu de imediato num dos instrumentos da política colonial portuguesa, ao mesmo tempo, de posse e de exploração económica efectivas das ilhas.

Como não há povoamento sem colonização, faz sentido esclarecermos desde logo o significado que atribuímos, neste trabalho, ao termo “colonização”, socorrendo-nos de Luís de Albuquerque, para quem a “colonização” “será um acto de ocupar e aproveitar com ‘colonos’ terras desabitadas do Reino, consideradas prometedoras de potencialidades agrícolas; eram terras pertença da Coroa, por conseguinte disponíveis para as doações régias, que culminariam o acto de instalação de gentes capazes de se fixarem, através de incentivos de fruição dos bens que produzissem”.⁹

Partindo desses pressupostos, entendemos a colonização do Arquipélago de Cabo Verde como sendo a ocupação dos seus espaços geográficos, onde os portugueses – os colonos –, tendo implantado um novo poder político, exploraram, a seu favor, os recursos naturais dos referidos espaços. Encontrando esses espaços desabitados, conforme reza a tese oficial portuguesa, os colonos tiveram de importar para os espaços ilhéus elementos humanos de África Negra – os colonizados – que, nesse processo de colonização, foram ao mesmo tempo submetidos ao trabalho forçado, através de um regime escravocrata, e acções ditas civilizacionais, de acordo com os matizes culturais do colonizador.

Neste quadro conceptual, entendemos que, desde a primeira fase do povoamento das ilhas de Cabo Verde, fase que preferimos chamar de ocupação, o seu móbil foi político-económico, sobretudo económico, pelo que era necessário dominar as referidas ilhas, explorá-las e administrá-las, o que constitui os elementos estruturais da colonização.¹⁰

Concluímos, portanto, que o povoamento de Cabo Verde foi, numa primeira fase, de ocupação mas que logo se transformou em colonização, nomeadamente quando a referida fase de ocupação desencadeou, na ânsia do enriquecimento fácil, emigrações sucessivas de colonos e, para servir estes, o tráfico de escravos, da Costa Ocidental Africana para as ilhas de Cabo Verde. Foi assim que, do cruzamento de europeus e africanos, num espaço geográfico inicialmente apátrida – Cabo Verde – se formou um tipo populacional estabilizado: o cabo-verdiano.

2. A proveniência geográfica dos povoadores: os colonos e os escravos

⁹ ALBUQUERQUE, Luís de – “Introdução”. ALBUQUERQUE, Luís de (Direcção de) – *Portugal no Mundo*. Vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 9.

¹⁰ Cf. MAUNIER, René – “Sociologie Coloniale: Introduction a l'étude du contact des races”. Vol. I. Paris : Les Éditions Domat-Montcherstien, 1932, p. 21.

Antes esclareçamos que o significado que atribuímos à expressão “elemento humano” é o que entendemos por “elemento étnico”, isto é, cada um dos habitantes de uma determinada região do Globo. Neste trabalho, preferimos entretanto utilizar a expressão “elemento humano”, por ser uma expressão com menos carga pejorativa que “elemento étnico”. Evitaremos, sempre que possível, utilizar os termos “branco” e “negro”, em vez de “europeu” e “africano”, respectivamente, simplesmente porque tanto entre os elementos humanos europeus como entre os elementos humanos africanos que deram origem à população cabo-verdiana há enorme diversidade de características somáticas.¹¹ A expressão “grupo humano” só aparecerá no texto quando nos referirmos à sociedade boavistense, pois, do nosso ponto de vista, antes da formação da referida sociedade, os elementos humanos que contribuíram para a sua formação não constituíam um grupo, no sentido de “grupo social” que se deva atribuir ao termo neste contexto. Com efeito, como veremos mais à frente, tanto os elementos europeus como os elementos africanos que contribuíram para a formação da sociedade boavistense procederam de várias regiões geográficas e de várias áreas culturais.

Uma vez esclarecido este ponto, entremos no assunto. Um dos prováveis indicadores das origens dos elementos humanos da população boavistense seria uma boa organização estatística, que discriminasse os donos de escravos ou elementos humanos de origem europeia e os escravos, elementos humanos de origem africana, utilizados no povoamento da ilha da Boavista a partir dos finais do século XV. Tal não acontece antes dos começos do século XIX, o que não nos permite verificar com rigor a participação numérica, quer dos elementos humanos originários da Europa quer dos originários da África nos primórdios do povoamento da dita ilha.

Os documentos oficiais indicam-nos a procedência dos elementos humanos que povoaram a ilha de Santiago e, posteriormente, de todas as ilhas de Cabo Verde. Com efeito, a carta régia de 1466, atrás citada, é um exemplo disso, quando o rei concede aos moradores de Santiago o privilégio do trato de escravos na costa ocidental de África, a fim de, ao mesmo tempo, atrair colonos europeus para o povoamento dessas ilhas. Mas não fornece a estatística dos respectivos contingentes, pois não os quantifica, nem tão pouco o podia fazer. Muitos são os autores que também se debruçaram sobre os elementos humanos, europeus e africanos, que foram utilizados no povoamento das ilhas de Cabo Verde, a partir da ilha de Santiago. Para Ernesto de Vasconcelos, por exemplo, a colonização das ilhas de Cabo Verde “[...] principiou a fazer-se pelo decorrer de 1562 [quererá provavelmente dizer 1462] por ocasião de alguns familiares e creados do Infante D. Fernando, que recebera a doação d’ellas, serem por elle mandados para alli com obrigação de as povoarem, para o que elles levaram alguns casaes do Algarve e do Alentejo, e, como já ao tempo se traficasse na Guiné, juntaram-lhe casaes das tribus *balantas*, *papeis*, *bijagoz*, alguns *felupes* e *jalofo*s, os quaes foram uns e outros os progenitores dos actuais caboverdeanos, devendo intercalar-se-lhes o ramo judaico, de que ainda ha numerosos representantes em todo o archipelago”.¹²

¹¹ Cf., por exemplo, DIAS, Jorge – “Estudos de Antropologia”. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1990, p. 17.

¹² VASCONCELOS, Ernesto de – “As Colónias Portuguesas: Geographia Phisica, Política e Económica”. 2ª ed.. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, p. 33.

De acordo com Ernesto Vasconcelos, portanto, o elemento humano europeu seria originário de Portugal continental, mais precisamente do Algarve e do Alentejo, de entre o qual se encontravam alguns judeus,¹³ enquanto Orlando Ribeiro opta pelo Algarve, baseando-se no facto de a “mó de braço”, tão utilizado em Cabo Verde, ser de uso corrente naquela região de Portugal nos primórdios do povoamento de Cabo Verde, para concluir:¹⁴ “[...] parece lícito ver a influência de uma vaga de colonização algarvia nos primeiros tempos da expansão portuguesa”.¹⁵

Para além dos portugueses, Simão Barros informa que “contribuíram também para a formação dos primeiros mestiços caboverdeanos os espanhóis, os franceses (normandos e bretões), os ingleses, os holandeses e, em menor escala, os judeus que, desde Filipe II de Portugal (século XVI), se mantiveram em Cabo Verde, embora as ordens expressas do monarca para a sua expulsão”.¹⁶ A este grupo de judeus se vieram juntar, no século XIX, judeus de Marrocos, que se estabeleceram na ilha de Santo Antão, cujos membros se espalhariam para as outras ilhas.¹⁷

A este rol acrescenta ainda povos nórdicos, cujos descendentes se encontram na população das ilhas de Santo Antão, S. Nicolau e Brava, onde existem tipos louros com olhos azuis, característica dos povos escandinavos.¹⁸ António Carreira, por seu turno, refere alguns genoveses, espanhóis e flamengos.¹⁹

No que se refere aos elementos humanos africanos, de acordo ainda com Ernesto Vasconcelos, seriam originários da Guiné, mais precisamente saídos de entre os povos “balantas”, “papéis”, “bijagós”, “felupes” e “jalofos”.²⁰ Fortunato de Almeida acrescenta a esses grupos humanos os “mandingas”, os “biafadas”, os “bambarãs”, e os “manjacos”.²¹ António Carreira, por seu turno, refere escravos negros trazidos da costa e rios da Guiné, para além de alguns escravos livres entrados voluntariamente.²²

Do ponto de vista estatístico, temos somente vagas referências de que, nos primórdios do povoamento, emigraram para Cabo Verde poucos europeus e na maioria portugueses, pertencentes à classe dos nobres, apoiados por moços de câmara, criados e outros servidores, mas também artífices, trabalhadores braçais anónimos vieram para apoiar os “homens de qualidade”, pois estes “não poderiam por si sós executar a tarefa exigida pela empresa”.²³

¹³ O texto não explicita se esses judeus seriam originários da Judaica (Israel) ou se teriam nascidos em Portugal.

¹⁴ RIBEIRO, Orlando – “Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa”. *Estudos das Ciências Sociais e Políticas*, Nº 59. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962, p. 22-26.

¹⁵ RIBEIRO, ... – “Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa”..., p. 136.

¹⁶ BARROS, Simão – “Origens da colónia de Cabo Verde”. *Cadernos Coloniais* Nº 56. Lisboa: Edições COSMOS, 1939, p. 39.

¹⁷ BARROS, ... – “Origens da colónia de Cabo Verde”..., p. 39.

¹⁸ BARROS, ... – “Origens ...”, p. 39.

¹⁹ CARREIRA, António – “CABO VERDE. Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)”. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983, p. 295.

²⁰ VASCONCELOS, ... – “As Colónias Portuguesas: Geographia Phisica, Política e Económica”..., p. 33.

²¹ ALMEIDA, Fortunato de – “Portugal e as Colónias Portuguesas”. Coimbra: Editor Fortunato de Almeida, 1918, p. 140.

²² CARREIRA, ... – “CABO VERDE. Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)”..., p. 295.

²³ CARREIRA, ... – “CABO VERDE...”, 296.

Mesmo reportando-se a datas posteriores, não encontramos uma organização estatística dos europeus que terão participado no povoamento das ilhas de Cabo Verde, a não sendo as mesmas referências vagas, tais como “a vigésima parte destas duas classes [“brancos e naturais”] é a que possui bens; sendo o restante o número dos chamados vadios”;²⁴ ou, então, “terras [...] ocupadas por muitos mestiços e pretos, e por ‘alguma’ gente branca – naturais e imigrantes”, ambas as referências, numa clara alusão ao número de brancos, minoritário, em oposição ao número de negros, maioritário.²⁵ E mais à frente acrescenta António Carreira que “aos brancos cabia o encargo de dirigir e enquadrar os escravos, quantitativamente em maior número”.²⁶ Uma notícia do Pe. Baltasar Barreira dá conta entretanto que, em 1582, existiam nas ilhas de Santiago e Fogo 13.700 escravos, contra “talvez uma centena de brancos”, e em todo caso uma população livre difícil de definir em virtude da diversidade de designações usadas nos textos antigos”.²⁷

3. A descoberta e os descobridores das ilhas de Cabo Verde

Antes de mais, notemos que a fragilidade e as contradições da documentação em torno do problema da descoberta dessas ilhas tem suscitado, conseqüentemente, várias opiniões e várias hipóteses, maior parte das vezes divergentes entre si. Este problema põe-se com maior acuidade em relação à descoberta das ilhas orientais. Mais concretamente, quanto aos descobridores, a divergência das opiniões gira em torno de Vicente Dias, Luís de Cadamosto, Diogo Gomes e António de Noli, e, no que respeita às datas, apontam-se ora 1445 ora 1456 ora ainda 1460. No que se refere à descoberta das ilhas Ocidentais, isto é, Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia e S. Nicolau, e das ilhas Brava e do Fogo, predomina o consenso em torno do descobridor Diogo Afonso e as datas compreendidas entre 1461 e 1462. No que se refere às ilhas orientais, tem-se formulado várias hipóteses. Vejamos.

3.1. As hipóteses sobre a descoberta das ilhas orientais de Cabo Verde.

Como chamou a atenção A. Fontoura da Costa, “deve distinguir-se entre descobridor histórico e oficial”. Fontoura da Costa, por exemplo, seguindo este raciocínio, considera Vicente Dias, natural de Lagos, e Diogo Gomes os “descobridores históricos” da ilha de Santiago e António de Noli o “descobridor oficial” das cinco ilhas mais orientais do Arquipélago de Cabo Verde.²⁸

Para a discussão dessa problemática, a documentação de base que mais nos interessa são os diplomas oficiais sobre as doações e as cartas de privilégios aos moradores das ilhas, por trazerem o germen que iria desencadear a aceitação da teoria oficial sobre a autoria e a data dos descobrimentos das ilhas de Cabo Verde; e os relatos de viagem de Luís de Cadamosto e de Diogo Gomes, por serem os únicos documentos coevos não oficiais ou históricos sobre a descoberta do grupo das ilhas orientais, do qual

²⁴ Citado por CARREIRA, ... – “CABO VERDE...”, p. 297).

²⁵ CARREIRA, ... – “CABO VERDE...”, p. 295.

²⁶ CARREIRA, ... – “CABO VERDE...”, p. 298.

²⁷ Citado por CARREIRA, ... – “CABO VERDE...”, p. 298-299.

²⁸ COSTA, A. Fontoura da – “Descobrimientos marítimos”. Congresso do Mundo Português. Vol. III, TOMO 1º, I Secção. Lisboa : Comissão Executiva dos Centenários, 1840, p. 271.

faz parte a ilha da Boavista, objecto do nosso estudo. A bibliografia resultante da discussão sobre essa problemática não será posta de lado, mesmo a mais controversa.

3.1.1. A hipótese sobre a autoria de Vicente Dias

A “Crónica dos feitos da Guiné” é um dos pontos de partida importantes para compreensão da génese dos descobrimentos portugueses. Mas sobre a problemática do descobrimento das ilhas de Cabo Verde, tem-se suscitado alguma confusão de interpretação de algumas das suas passagens. Por exemplo, com base nessa crónica, alguns historiadores têm discutido a hipótese de Vicente Dias, na companhia de Lançarote na demanda da Guiné, por ordem do Infante D. Henrique, ter avistado uma das ilhas orientais de Cabo Verde, em 1445.²⁹

À hipótese de Vicente Dias ter descoberto a ilha de Santiago em 1445, defendida pelo historiador holandês F. C. Wieder e exposta por A. Fontoura da Costa,³⁰ Vitorino Magalhães Godinho, das análises que fez da fundamentação de F. C. Wieder, conclui que “[...] não há quaisquer provas de descobrimento das ilhas de Cabo Verde anteriormente a 1448, embora esse descobrimento não fosse impossível”.³¹

3.1.2 A hipótese sobre a autoria de António de Noli

A tese oficial portuguesa dá como descobridor das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde o genovês António de Noli. Tese oficial por ser a tese dos diplomas da chancelaria real, que tem em António de Noli o descobridor exclusivo dessas ilhas.³² Infelizmente, não encontramos qualquer relato do próprio Noli sobre o assunto, o que é estranho, tendo em conta a grandeza do feito.³³ É na base dessa tese oficial que lhe é doada a capitania de Santiago, doação que, de acordo com a opinião de Jaime Cortesão, não seria feita se o Infante D. Henrique fosse vivo. Neste sentido escreve o historiador: “mas pomos em dúvida que o Infante Navegador, se fosse vivo, lhe tivesse confiado. E entregar a colonização dum arquipélago, potencialmente tão importante na geopolítica dos descobrimentos, a um genovês, que não podia ter quebrado todos os laços com a madre Génova, foi um acto imprudente, quando considerado à luz das restrições que o monopólio

²⁹ Cf. F. C. Wieder, Armando Cortesão, Vitorino Magalhães Godinho, Damião Peres, Luís de Albuquerque, entre outros; ZURARA, Gomes Eanes de – “Crónica dos Feitos da Guiné”. Dir. Luís de Albuquerque. Transcrição em português actual Torquato de Sousa Soares. Lisboa : Publicações Alfa, 1989, cap. XLV, p. 126;

³⁰ COSTA, A. Fontoura da – “Sôbre uma nova versão do descobrimento da Ilha de Santiago de Cabo Verde”. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1938, p. 3-5; COSTA, A. Fontoura – “Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes”. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939, p. 269-271.

³¹ GODINHO, Vitorino Magalhães (Organização e notas de) – « Documentos sobre a Expansão Portuguesa ». Vol. III. Lisboa : Edições Cosmos, [Ano?], Nota nº 4, p. 276.

³² Cf. o Diploma de doação de 19 de Setembro de 1462 e a Carta régia de 8 de Abril de 1497, “[...] que faz doação da capitania da Ribeira Grande a quem casasse com D. Branca de Aguiar, filha do miche António genovês que, afirma o Rei, ‘foi o primeiro que a dita ilha [Santiago] achou, e começou a povoar’, segundo fora informado”.

³³ Cf. BRÁSIO, Pe. António – “Descobrimto / Povoamento / Evangelização do arquipélago de Cabo Verde”. Separata de STVDIA. Lisboa: Nº 10, 1962, p. 68.

impunha. Convinha pois o Infante D. Fernando justificar perante o rei com o título de *descobridor* as funções de *povoador*; e é sabido que o bom e fraco D. Afonso V acedeu quase sempre às ambições, tantas vezes excessivas e lesivas dos interesses do estado, de seu irmão”.³⁴

3.1.3. A hipótese sobre a autoria de Luís de Cadamosto

Esta hipótese é sustentada com base no relato do próprio navegador. Vejamos extractos do referido relato: “pelo que, no ano seguinte, o sobredito genovês e eu, de comum acordo, armámos, mais uma vez, duas caravelas, a fim de percorrer mais uma vez este grande rio. Tendo ouvido dizer o já nomeado senhor Infante [...], que tínhamos tomado esta deliberação, muito lhe aprove; e armou uma caravela sua para que viesse em nossa companhia. Aprestada [esta] de todas as coisas necessárias, partimos de um lugar chamado Lagos, que fica junto ao Cabo de S. Vicente, no princípio do mês de Março, com vento próspero; e tomámos a volta de Canária, pelo que, em poucos dias havemos vista de ela, Canária; [e] ajudando-nos o tempo, não tratámos de tocar nas ilhas; antes navegando sempre para o sul no seguimento da nossa viagem, [e] com a corrente das águas que muito puxavam para sudoeste, corremos muito. Por fim, chegámos ao cabo Branco; e havendo vista de esse cabo, fizémo-nos um pouco ao mar: e na noite seguinte houve um temporal de sudoeste, com vento violento; pelo que, para não tornar para trás, fizémo-nos na volta do oes-noroeste, salvo o erro, a fim de aparar e costear o tempo, duas noites com três dias. No terceiro dia havemos vista de terra. Gritando todos terra, terra, muito nos admirámos, porque não sabíamos que naquela parte houvesse qualquer terra [...]”.³⁵

Relata ainda Cadamosto que mandou dois homens subir ao mastro, que descobriram mais “duas grandes ilhas”.³⁶ Aportando a uma delas, mandou marinheiros à terra que a encontraram desabitada, “[...] a não ser por enorme quantidade de pombos, os quais se deixavam apanhar à mão, não sabendo que coisa fosse o homem; deles nos trouxeram às caravelas muitos, que com paus e cacetes haviam apanhado. E, do alto, houveram vista de três outras grandes ilhas, das quais não havíamos vista, pois que uma nos ficava a sotavento, pela parte do norte, e as outras duas estavam encarreiradas uma com a outra, na direcção do sul, sobre nosso caminho, e cada qual à vista uma da outra”.³⁷

E mais à frente acrescenta: “Também lhes pareceu ver, para a parte do poente, muito ao mar, outras ilhas; mas não se distinguiam bem por causa da muita distância”.³⁸ À primeira ilha que aportou deu o nome de “Boa Vista, por ter sido a primeira vista de terra naquelas partes”, e à outra, que lhe pareceu

³⁴ Citado por CORTESÃO, Armando – “Descobrimto e representação das ilhas de Cabo Verde na cartografia antiga”. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa: Classe de Ciências*, TOMO XXI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1976 / 77, Roda-Pé nº 30, p. 245.

³⁵ PERES, Damião (Notas históricas de) – “Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra”. II Parte. Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMLXXXVIII, p. 157.

³⁶ PERES, ... – “Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra”...., p. 157.

³⁷ PERES, ... – “Viagens...”, p. 158.

³⁸ PERES, ... – “Viagens...”, p. 159.

maior, deu o nome de “Santiago”, porque as aportou no dia de S. Filipe e S. Tiago.³⁹

3.1.4. A hipótese sobre a autoria de Diogo Gomes

A hipótese sobre a autoria de Diogo Gomes é sustentada com o seu próprio relato. Com efeito, no seu relato, que transmitiu oralmente ao alemão Martin Behaim, este de passagem por Portugal por volta de 1484, o navegador português sustenta que descobriu a ilha de Santiago, na companhia de António de Noli, em 1460.⁴⁰ Martin Behaim começou a escrever o relato de Diogo Gomes em 1484,⁴¹ portanto, depois da morte de António de Noli, ocorrida provavelmente entre 1496 e 1497.⁴² De acordo com o relato de Gomes, dois anos após a morte do Infante D. Henrique, o rei D. Afonso V equipou uma caravela, deu-lha como capitão e enviou-o ao país dos “Barbacins”, onde chegou 12 dias depois da partida, provavelmente de Lisboa.⁴³ Relata Gomes que no porto de Zaza encontrou duas caravelas, uma capitaneada por Gonzal Ferreyra e outra por Antonius de Noli, genovês; que enviou Gonzal Ferreyra para Portugal, a fim de conduzir sob prisão um tal Prado, mercador. Enquanto isso, partia de Zaza na companhia de Antonius de Noli também com destino a Portugal e, dois dias e uma noite depois avistavam ilhas no mar, tendo ele chegado primeiro a uma delas, onde fundeou a sua caravela, ao que foi seguido por Antonius de Noli. Chamaram a dita ilha de Santiago. Nela desembarcaram e não encontraram vestígios de homens. Em contrapartida, encontraram numeras aves exóticas que se deixavam aproximar a tal ponto que eles as matavam com paus. Da ilha de Santiago partiram para Lisboa e, tendo Antonius de Noli chegado primeiro, pediu a D. Afonso V a capitania da ilha de “Sanctus Jacobus”. Tendo o rei anuído o pedido de Noli, ficou preterido Diogo Gomes. Chegado a Lisboa poucos dias depois, Diogo Gomes não reivindicou os seus direitos.⁴⁴

Concluindo, nenhuma das hipóteses aqui arroladas, quanto a nós, nos indica com segurança o verdadeiro descobridor e a data da descoberta das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde, nomeadamente a ilha da Boavista. Não havendo uma documentação que nos permitisse corroborá-las ou refutá-las, no estado actual da investigação sobre a matéria, devem ser

³⁹ PERES, ... – “Viagens...”, p. 160. Note-se que Armando Cortesão supõe que Cadamosto chamou *Isola di Buona Vista* “talvez por que do topo duma sua montanha puderam avistar pelo menos três outras ilhas, à maior das quais chamaram Isola di San Jacobo – nome que Cadamosto naturalmente escreveu em italiano” (CORTESÃO, Armando – “Descobrimto e representação das ilhas de Cabo Verde na cartografia antiga”. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa - Classe de Ciências*. TOMO XXI. Lisboa: Academia das Ciências, 1976 / 77, p. 239). Observe-se que, na sua *Navigazioni*, como vimos, Cadamosto, apresenta outro motivo, e repetimo-lo: “por ter sido a primeira vista de terra naquelas partes”.

⁴⁰ MONOD, Th.; MAUNY, R.; DUVAL, G. (Organização e notas de) – “De la première découverte de la Guinée”. Bissau : Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1959, p. 50-54.

⁴¹ MONOD, Th.; MAUNY, R.; DUVAL, ... – “De la première découverte de la Guinée”, p. 8.

⁴² COSTA, A. Fontoura da – “Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes” (1506-1508). Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939, nota de roda-pé nº 29, p. 17.

⁴³ O Infante D. Henrique faleceu a 13 de Novembro de 1460, pelo que a viagem de Diogo Gomes terá sido realizada, portanto, em 1462.

⁴⁴ PERES, Damião (Notas históricas de) – “Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra”. II Parte. Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMLXXXVIII, PARTE III.

tidas, no entanto, em consideração. Assim, do nosso ponto de vista, a pergunta sobre quem e em que data descobriu as ilhas orientais de Cabo Verde fica por responder, embora oficialmente tal descoberta seja atribuído a António de Noli e a Diogo Gomes.

Janeiro de 2007

António Germano Lima